

AGRICULTURA, AMBIENTE E AMBIENTALISTAS

Manuel Augusto Soares
Presidente da APH



Nos últimos tempos, o país vem assistindo à contestação sistemática e a uma oposição feroz, a qualquer projecto de construção de novas infraestruturas ou de natureza empresarial, (aquacultura, turismo, etc.), por parte de associações ou grupos ambientalistas, que possuem maior militância, ou têm mais fácil acesso à comunicação social.

Se alguém disse que a guerra é um assunto demasiado sério, para ser conduzido apenas por militares, talvez com muito mais razão, o ambiente e a qualidade de vida são questões demasiado importantes, que não devem, nem podem ser monopolizadas por grupos, que se arrogam o direito da verdade absoluta, mas que na maior parte dos casos têm uma visão distorcida e redutora da realidade actual e do futuro. Felizmente que a educação ambiental, e a maior sensibilidade para estas matérias, continua a dar passos positivos em Portugal, e há que reconhecer, que algumas dessas organizações tiveram no passado um papel pioneiro no despertar dos cidadãos para esta problemática, que continua longe do que seria desejável – mas este é um processo lento, que requer a mudança de hábitos e comportamentos atávicos, que a falta de cultura das gerações mais velhas não favorece.

Sinal claro desta mudança, porque é “de pequenino que se torce o pepino”, é a existência nas escolas básicas e secundárias de programas, para ensinar as crianças e os jovens a respeitar a natureza, e para que eles próprios exerçam uma influência activa nos seus agregados familiares, incentivando à separação e reciclagem dos lixos domésticos e à defesa das plantas e dos animais.

De facto, longe vão os tempos em que essas questões eram completamente ignoradas, e as práticas violentas contra os animais, estavam perfeitamente integradas no nosso quotidiano de jovens predadores. Há trinta ou quarenta anos atrás e até bem recentemente, não havia miúdo da província que se prezasse, que não gostasse de ir aos ninhos e caçasse os passarinhos com todos os meios ao seu alcance. Preparar às árvores à procura deles, localizá-los, acompanhar o crescimento dos passaritos e dar o golpe fatal, quando estavam prontos para a frigideira, era um ritual anual que fazia parte do nosso crescimento.

Hoje quando me lembro desses tempos, reconheço, que todos os jovens da minha e de outras gerações, praticaram estes actos “selvagens”, que fizeram parte do nosso imaginário e duma vivência que considerava esta

violência perfeitamente normal.

Mas se esta mudança de comportamentos ocorreu em poucas décadas, o reverso da medalha foi também o desenraizamento dos jovens urbanos oriundos do campo, que estão hoje distantes da natureza e de todas as actividades agrícolas: porque nunca preparam a uma árvore, nunca viram ordenhar uma vaca e um pinto a nascer, ou as flores transformarem-se em frutos – pensando que alguns desses produtos que consomem e vêem nos supermercados, provêm de uma qualquer fábrica distante – muito menos conhecem o ciclo das estações e todas as mudanças que ocorrem na natureza, com toda a magia que encerram.

Para minimizar a falta desta aprendizagem, o conhecimento pelo menos superficial do campo e das actividades agrícolas, deve fazer parte integrante da formação destes jovens, através de visitas de estudo a quintas pedagógicas e outras, cultivo de pequenas hortas e jardins, etc, porque a defesa do ambiente de forma sustentável, só é possível com pessoas esclarecidas que ultrapassem as barreiras teóricas e maniqueístas do fundamentalismo ambiental, e percebam que a natureza, a agricultura e o meio formam, um todo indissociável e integrado e não são

sistemas antagónicos – como muitas mensagens pretendem subliminarmente fazer passar.

O homem inventou a agricultura há cerca de dez mil anos na Suméria (actual Iraque), onde começou a cultivar os primeiros cereais e plantas e a criar animais, passando de caçador recolector a agricultor. Esta foi sem dúvida, a maior revolução pacífica que o homem fez na Terra, porque a partir daí a sua sobrevivência deixou de depender da generosidade da natureza, do acaso, ou da sua destreza de caçador, mas mais da sua inteligência e da sua capacidade para dominar o meio envolvente, e melhorar as plantas e os animais para se alimentar e proteger.

Sem agricultura, a humanidade não teria progredido e continuaria na idade da pedra. A agricultura foi ao longo dos séculos a actividade básica, que permitiu garantir o sustento das populações, e à medida que estas foram crescendo, tornou-se necessário evoluir nas técnicas culturais e no melhoramento das plantas, para responder à maior procura de alimentos e obter melhor rendimentos nas áreas cultivadas.

Este percurso milenar que o homem fez para chegar à actualidade, alterou por completo o planeta no bom e no mau sentido: nuns casos ao drenar pântanos, criar sistemas de irrigação, construir socacos, semear novas florestas, etc. melhorou o ambiente e os ecossistemas existentes; noutros levou os recursos naturais à exaustão, ao destruir florestas, esgotar a capacidade produtiva dos solos, acentuando a sua erosão, e criando condições para a desertificação irreversível.

A agricultura sistematicamente ignorada e até hostilizada por alguns ambientalistas, desde que respeite os equilíbrios ambientais e seja desenvolvida de forma sustentável, longe de prejudicar o crescimento de determinadas espécies, pode contribuir para que elas se desenvolvam até em excesso (e daí a necessidade da caça!), porque lhes garante as fontes de alimentação de que carecem e os habitats para procriarem e se desenvolverem. De facto o homem através das actividades agrícolas que desenvolve é o grande protagonista da mudança, e aqui deixo o meu pequeno testemunho nesse sentido.

Há vários anos atrás, comecei a cultivar uma propriedade em plena charneca do Ribatejo, que tinha apenas uma vinha decrépita e alguns pinheiros dispersos, e onde raramente se via qualquer ave. Nela plantei um pomar, passei a cultivar uma horta e instalei várias sebes quebra-ventos, e um pequeno bosque com várias espécies, criando ali um pequeno “oásis” em relação à zona envolvente. Eis senão, quando passado algum tempo, um vizinho que por ali tem uma casa de fim de semana me interpelou nestes termos: “o senhor trouxe para aqui os pássaros, antigamente, raramente se via um pintassilgo a saltitar nas cepas, hoje há bandos de passarada, que se refugia na sua quinta e vêm comer a fruta das árvores do meu quintal”.

De facto à medida que as centenas de árvores e arbustos foram crescendo, constatei que começavam a aparecer na Primavera ninhos por todo o lado, e hoje há bandos de pardais, rolas, melros, piscos, cotovias, e outras espécies que nem conheço, que ali vivem felizes e chilreantes.

A minha experiência é por certo a de milhares de agricultores deste país, porque as fontes de alimentação e a existência de áreas verdes, propiciam as condições naturais para a diversificação e o crescimento da fauna, que às vezes se multiplica de forma indesejável provocando grandes prejuízos nas culturas. No fundo são estas condições que se procuram criar nas coutadas ou parques naturais, para multiplicar determinadas espécies com fins económicos, ou simplesmente para as recuperar, quando estão em perigo de extinção.

O caso das cegonhas, que há anos se dizia estarem em risco de extinção, por causa da monda química dos arrozais, é emblemático neste aspecto, porque hoje multiplicaram as suas populações (muitas já nem sequer migram), graças a uma fonte de alimentação inesperada e abundante: o célebre lagostim de água doce, oriundo da América que se tornou uma verdadeira praga para os agricultores, mas que para estas simpáticas aves representou um verdadeiro seguro de sobrevivência.

Há cerca de trinta anos, e na sequência da criação do Ministério do Ambiente, as políticas governamentais despertaram para a necessidade ur-

gente de protecção de determinados ecossistemas, que poderiam estar em risco, pela intervenção nociva do homem, ou pelo desaparecimento de determinadas actividades de pastoreio, que sustentavam os grandes predadores, ou também com o objectivo de travar a especulação imobiliária no litoral. Estas medidas culminaram com a criação de vários parques naturais e vastas áreas de paisagem protegida, com regulamentação muito restritiva, onde a actividade agrícola ficou muito condicionada.

Aquilo que parecia ser à partida uma solução equilibrada, tornou-se em vários casos, uma fonte de conflitos, quando os responsáveis dessas áreas têm uma visão fundamentalista da natureza, e querem impor às comunidades locais uma legislação restritiva, que dificulta as suas actividades, parecendo até que neste contexto, é o homem que está a mais e o que tem menos direitos.

Essa situação de mal estar latente, entre os interesses das populações que sempre lá viveram em harmonia com o meio ambiente, e os responsáveis pela gestão desses parques, ficou bem patente na recente visita que o Presidente da República efectuou ao Parque Natural do Douro Internacional, em que as queixas da população e dos autarcas trouxeram ao de cima um problema que tem estado latente, mas que os media evitam abordar.

A defesa da natureza e a consciência ambiental, não se constrói por decreto e muito menos com regulamentos em que tudo é proibido e dificultado: desde abrir um caminho, fazer um furo ou um poço, construir uma charca, ou um pequeno armazém. Até parece, que por detrás destas medidas, está subjacente o interesse de que as populações desistam e abandonem essas áreas, para que fique só a natureza no seu estado mais selvagem, sem medir as consequências dessa desertificação e do retrocesso civilizacional.

A natureza e o homem, vivem e viverão sempre em equilíbrio instável, em que o progresso pode gerar certas dinâmicas, com alguns impactos negativos, que hoje é possível atenuar e corrigir com o recurso a soluções tecnológicas, que permitem repor não só o equilíbrio ambiental

como até melhorá-lo.

Construir barragens para produzir electricidade, instalar regadios, ou mesmo assegurar o abastecimento de água às populações, teve nos últimos anos a oposição aguerrida de grupos e plataformas ambientalistas, que apesar da crise do petróleo, e apenas com o pretexto da protecção: de águias, lince (inexistentes no caso de Odelouca), rios selvagens (Rio Sabor), flora (Rio Tua), têm vindo a insistir num conjunto de disparates, e a revelar uma ignorância confrangedora, que provocou enormes prejuízos ao país pelo atraso na construção desses empreendimentos, tão importantes para diminuirmos as emissões de CO₂, e reduzir a dependência da importação do petróleo e carvão.

Contrariamente ao que os arautos da desgraça apregoam, não é preciso ser especialista, para perceber que a fauna selvagem tem uma grande capacidade de adaptação às alterações dos seus habitats tradicionais, como está demonstrado por toda a parte – basta saber observar! E para que conste, vou citar três casos que demonstram à saciedade, que as suas teorias estão erradas e que o comportamento dos animais nos surpreende pela sua ousadia e pelo inesperado, face a novas condições.

As cegonhas sempre procuraram árvores altas e os campanários das igrejas para fazer os ninhos, só que a ninguém terá passado pela cabeça, trocarem esses pontos pelas torres das linhas de alta tensão. Ora, é isso que se pode observar no Vale do Sorraia e noutros locais, onde a sucessão de ninhos é contínua, e constitui um verdadeiro espectáculo para a vista, que nos deixa perplexos. Será que as cegonhas estão loucas?

Outro caso muito mediatizado e que mereceu grande contestação na altura, foi a construção da Ponte Vasco da Gama, pela destruição das salinas e o impacto negativo nas colónias de flamingos e outras aves aquáticas que viviam na zona húmida da margem sul do Tejo. Por mais estranho que pareça, e para grande desgosto desses iluminados do ambiente, as populações de flamingos aumentaram depois da construção da ponte (porque foi melhorada a circulação e a qualidade da água), e quem por ali passa ao fim

da tarde, pode ver essas imagens de rara beleza, que nos deixam mais optimistas sobre os mistérios da natureza. Por último, em pleno Ribatejo, em frente da casa onde passo alguns fins de semana, foi instalada uma linha de média tensão, e depressa as rolas que por ali andam descobriram os cabos, para se instalarem tranquilamente ao fim da tarde, como se fosse um poleiro construído intencionalmente, para elas fazerem ouvir os seus cantos. Como estes, existirá uma multiplicidade de casos que vem provar que a realidade no ambiente é bem diferente dos desejos e do discurso fundamentalista a que temos assistido.

Um dos grandes problemas ambientais, para além da redução das emissões de dióxido de carbono, que parece não preocupar muito alguns ambientalistas que se opõem tenazmente à construção de barragens com os argumentos mais bizarros – e que exige um novo paradigma de desenvolvimento que tem que começar por nós próprios – é a destruição sistemática de solos da Reserva Agrícola Nacional, pela proliferação de um urbanismo anárquico, na periferia das cidades, que se estende ao campo e à orla litoral, promovido por agentes imobiliários com o beneplácito de muitas autarquias, numa santa aliança de promiscuidades e compadrios que, têm degradado a nossa paisagem e delapidado de forma irreversível um recurso muito escasso.

Esta questão, como a defesa da qualidade do ar e das águas, a limpeza das matas e das linhas de água, poderiam ser algumas bandeiras dos defensores do ambiente e da sociedade em geral: porque é aqui que residem as principais causas das nossas tragédias ambientais, de que tanto tem falado o Arquitecto Ribeiro Teles, sem ninguém lhe dar ouvidos.

Promover loteamentos, para ocupar e impermeabilizar solos agrícolas é, uma forma administrativa que tem permitido alimentar cadeias de corrupção e enriquecimento ilícito de que ninguém dúvida, mas que tem gozado, por falta de investigação de total impunidade.

Em vez de apostar a sério na reconstrução e revitalização dos centros urbanos e de todos os edifícios degra-

dados, com os problemas de segurança que lhe estão inerentes, continua-se a construir na periferia e a ocupar o nosso território, para depois exigir mais estradas e auto-estradas numa espiral infernal de irracionalidade, que ninguém controla nem quer discutir seriamente.

Quem vive em Lisboa, basta olhar à volta para o que passa nos concelhos limítrofes, para perceber esta triste realidade, em que novas urbanizações crescem como cogumelos, enquanto a cidade se degrada e despovoava.

E chegados aqui, voltamos de novo ao princípio: o ambiente e a nossa qualidade de vida são problemas muito sérios, que põem em causa o nosso futuro e que não podem ser deixados apenas, a grupos que têm quase sempre uma visão distorcida da realidade, mas tem que ser cada vez mais assumidos como uma verdadeira causa colectiva, em que a agricultura e o desenvolvimento sustentado são pilares fundamentais nesta estratégia.

Com a visão de muita gente que por aí anda, “o Douro que é Património Mundial” e uma paisagem humanizada de excelência, em que a intervenção do homem foi levada ao limite, construindo milhares de socacos para plantar vinha que substituiu a flora original e alterou completamente a orografia e o ecossistema, seria impossível nos dias de hoje sem forte contestação.

Os agrónomos e todos os técnicos agrícolas em geral têm alguma responsabilidade, por terem permitido que outros se tenham apoderado desta causa, que dá grande protagonismo, esquecendo-se do papel que a agricultura e os agricultores sempre tiveram ao longo de séculos, como primeiros vigilantes e defensores da natureza.

Chegou a altura, de lançarmos um movimento que congregue todos os que têm uma visão integrada deste problema e estão disponíveis para se empenharem na sua defesa, para combater o discurso fundamentalista a que nos têm habituado. Aqui fica o desafio – haja coragem para ir em frente!...